SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **17**

CAPÍTULO 1

A ENTRADA DA DEMANDA E AS DILIGÊNCIAS INICIAIS 21

1.1. Processamento da notícia de fato: diligências de tramitação interna. 23

1.2. Preparo à instauração do procedimento principal 25

1.3. Remessa da notícia de fato por ausência de atribuição 29

1.4. Hipóteses de arquivamento da notícia de fato 31

1.4.1. Quando o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado 31

1.4.2. Quando a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante, nos termos de jurisprudência consolidada ou orientação do Conselho Superior ou de Câmara de Coordenação e Revisão 32

1.4.3. Quando a notícia de fato for desprovida de elementos de prova ou de informação mínimos para o início de uma apuração, e o noticiante não atender à intimação para complementá-la 33

1.5. Recurso contra o arquivamento da notícia de fato 34

1.6. Hipóteses de indeferimento da instauração da notícia de fato 36

1.7. Críticas sobre a incongruência lógica do ato de indeferimento da notícia de fato 37

1.8. O ajuizamento direto da demanda 39

1.9. Medidas de racionalização trazidas pela Resolução 189 do CNMP 40

CAPÍTULO 2

A DEFLAGRAÇÃO DO PROCEDIMENTO: O INQUÉRITO CIVIL 43

2.1. A hipótese investigativa no inquérito civil e a importância de uma estratégia prévia 44

2.2. Objeto do inquérito civil e o desenho da relação jurídica em apuração 46

2.3. A portaria de instauração 52

2.3.1. O fundamento legal que autoriza a ação do Ministério Público e a descrição do fato objeto do inquérito civil. 52

2.3.2. O nome e a qualificação possível da pessoa jurídica e/ou física a quem o fato é atribuído. 54

2.3.3. O nome e a qualificação possível do autor da representação, se for o caso. 55

2.3.4. A data e o local da instauração e a determinação de diligências iniciais. 56

2.3.5. A designação do secretário, mediante termo de compromisso, quando couber. 57

2.3.6. A determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação 57

2.3.7. Aditamento da portaria. 57

2.3.8. Uma última observação quanto ao objeto do inquérito civil. 58

2.4. O procedimento preparatório 59

2.4.1. A utilidade do procedimento preparatório como investigação prévia ao procedimento principal (inquérito civil). 59

2.4.2. Objeto, prazo, diligências e arquivamento do procedimento preparatório. 64

CAPÍTULO 3

PODERES INVESTIGATÓRIOS NOS PROCEDIMENTOS EXTRAPROCESSUAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO 65

3.1. Notificação 65

3.2. Requisição 68

3.3. Recomendação 76

3.4. Inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades do setor público 84

3.5. Audiências e reuniões 85

3.6. Audiências públicas 87
3.7. Comunicação aos órgãos com atribuições administrativas e compartilhamento de informações (CREAS, Conselho Tutelar, conselhos profissionais, órgão ambiental etc.) 89
3.8. Proposta de sequência de diligências 91

CAPÍTULO 4

CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO 93
4.1. Verificação dos elementos da responsabilização civil 93
4.2. Verificação dos elementos da responsabilização por ato de improbidade administrativa 96
4.3. Análise da estratégia do encaminhamento dos trabalhos: o ajuizamento, o acordo, a repercussão criminal e o desdobramento em outros procedimentos 98
4.4. Procedimentos extrajudiciais estruturais 99
4.5. Prorrogação do inquérito civil 105
4.6. Prorrogação do inquérito civil que investiga ato de improbidade administrativa 105

CAPÍTULO 5

O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL 107
5.1. Posturas do órgão de revisão 110
5.2. Arquivamento parcial, arquivamento implícito e arquivamento indireto 112
5.3. Desarquivamento do inquérito civil 114

CAPÍTULO 6

O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO *STRICTO SENSU* 117
6.1. Hipóteses de cabimento do procedimento administrativo (artigo 8º) 117
6.1.1. Acompanhamento do cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado 118
6.1.2. Acompanhamento e fiscalização de políticas públicas ou instituições 120
6.1.3. Apuração de fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis 122

6.1.4. Embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil 124
6.2. Da instauração, da tramitação e da prorrogação do procedimento administrativo 125
6.3. Do arquivamento do procedimento administrativo 128
6.4. O juízo de discricionariedade no arquivamento do procedimento administrativo 130

GUIA TEMÁTICO DE ATUAÇÃO EM TUTELA COLETIVA 135

INFÂNCIA E JUVENTUDE 135
EDUCAÇÃO 138
SAÚDE 142
PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA 145
INTEGRIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 147
ORDENAMENTO URBANO 150
SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL 153
CONSUMIDOR, SERVIÇOS PÚBLICOS E ECONOMIA POPULAR 157

MODELOS DE PEÇAS E EXPEDIENTES 159

MODELO DE PRORROGAÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 01 159
MODELO DE PRORROGAÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 02 160
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 01 161
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 02 163
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 03 164
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 04 166
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 05 167
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 06 168
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 07 169
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 08 170
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 09 171
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – EXEMPLO 10 173
MODELO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL – EXEMPLO 01 175
MODELO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL – EXEMPLO 02 177
MODELO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL – EXEMPLO 03 179
MODELO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL – EXEMPLO 04 181
MODELO DE PRORROGAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL – EXEMPLO 01 183

MODELO DE PRORROGAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL – EXEMPLO 02 (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA) 184
MODELO DE PORTARIA DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO 185
PORTARIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ACOMPANHAMENTO CONTINUADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS / INSTITUIÇÕES 187
PORTARIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ACOMPANHAMENTO DE TAC 191
PORTARIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – APURAR FATO QUE ENSEJE A TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS 192
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL – EXEMPLO 01 193
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL – EXEMPLO 02 195
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL – EXEMPLO 03 198
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL – EXEMPLO 04 202
MODELO DE PRORROGAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 206
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – EXEMPLO 01 207
MODELO DE ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – EXEMPLO 02 208
MODELO DE NOTIFICAÇÃO 210
MODELO DE REQUISIÇÃO 211
MODELO DE SOLICITAÇÃO SIMPLES 212
MODELO DE ATA DE AUDIÊNCIA/REUNIÃO 213
MODELO DE RECOMENDAÇÃO (TIPO DISSERTAÇÃO) 214
MODELO DE RECOMENDAÇÃO (TIPO “CONSIDERANDOS”) 216
TERMO DE DECLARAÇÕES DE TESTEMUNHA 219
TERMO DE DECLARAÇÕES DE PRIMEIRO ATENDIMENTO 220
TERMO DE INTERROGATÓRIO 221

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 223